

A última milha

Há um ano começou uma corrida em que os participantes não sabiam qual era a distância que iam percorrer ou a altura dos obstáculos que iam encontrar. Após este tempo, ficou claro que nem todos enfrentaram a mesma prova. Muitos estão agora a dar a última volta de uma corrida de 10.000, enquanto outros ainda têm a exaustiva última milha de uma maratona pela frente. Neste momento, a prioridade é que o número máximo de participantes consiga atingir a meta com segurança.

Logicamente que os corredores desta prova são trabalhadores independentes e empresas. Os da maratona são os mais afetados pelas restrições à mobilidade, pelos horários de funcionamento ou pela lotação. A recuperação atrasou-se para todos, mas especialmente para eles. Se não tiverem um bom abastecimento, podem não ser capazes de terminar a sua corrida. Uma empresa não pode sobreviver por muitos meses se as receitas não cobrirem as despesas. O endividamento que poderão utilizar tem um limite, tal como o tem o pulmão dos acionistas. Os problemas de liquidez podem transformar-se em problemas de solvência.

A política fiscal é a mais adequada para responder a esta situação. A política monetária fornece um suporte essencial, mantendo as taxas de juro baixas e garantindo que não haverá falta de liquidez, facilitando o caminho às autoridades fiscais, sendo que a política fiscal também pode atenuar os riscos de incumprimento.

Tem sido assim desde o início da pandemia. Os programas de “Layoff” têm sido uma ferramenta fundamental para a política fiscal. Os avales e garantias do Estado em Portugal, que podem ser considerados uma ferramenta parafiscal, também têm sido. Estas medidas, juntamente com outras, tais como o diferimento de impostos e moratórias, foram muito úteis e amplamente suficientes para aqueles que correram a corrida de 10.000 metros. No entanto foram insuficientes para quem corre a maratona. Para eles, a ajuda direta é essencial para compensar as despesas fixas que devem suportar para sobreviver.

São frequentemente utilizados dois argumentos contrários a um maior apoio através de ajudas diretas: o seu custo fiscal potencial e a ineficiência que pode representar o facto de que as ajudas cheguem a empresas que, na realidade, não são viáveis a médio prazo. Embora os dois devam ser levados em consideração, não nos parece que por agora possuam um peso suficiente.

No respeitante ao custo fiscal, neste momento da crise ele deverá ser manobrável porque a recuperação está cada vez mais próxima. Nos próximos meses, as vacinas devem permitir levantar, ou pelo menos amenizar significativamente, as restrições que condicionam muitas atividades. Com isto, os resultados das empresas podem começar a normalizar e não serão necessárias mais ajudas. Estamos perante uma situação completamente diferente da de há um ano, quando as perspetivas para a duração da crise eram muito incertas. Por outro lado, agora também podemos restringir muito melhor as atividades mais afetadas pela crise e calibrar o impacto sofrido pelas restrições.

Em relação aos custos, em termos de eficiência, da ajuda a empresas inviáveis ou zombies, o mesmo deve ser balanceado com o custo da não ajuda às empresas que são viáveis. Distinguir entre um e outro num momento como o atual é extremamente complexo, ou seja, é inevitável cometer um dos dois erros. Não ajudar as viáveis implicaria destruir o tecido produtivo e o emprego que demoraria a ser reconstruído. Ajudar as inviáveis desperdiça recursos e atrasa a necessária redistribuição de recursos para as atividades produtivas. Mais uma vez, em momentos como o atual, tendo em conta que a situação vai melhorar em pouco tempo, parece ser preferível pecar por excesso do que por defeito. É assim que outros países à nossa volta o entenderam. Além disso, as ajudas podem também ser concebidas para beneficiar em maior medida as empresas verdadeiramente viáveis. Por exemplo, condicionando-as a perdas ocasionadas por restrições ou veiculando-as, em parte, através de incentivos à entrada de capital privado. Os bancos também podem desempenhar um papel na distinção entre empresas viáveis e aquelas que não o são.

Agora, o mais importante é terminar a corrida. Quando o fizermos, será a hora de começar outra corrida, em pé de igualdade, sem obstáculos e, nessa altura, sem ajudas.